

RIO GRANDE DO NORTE, SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2025 - ANO: VI - EDIÇÃO Nº: 2092

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE - **ATOS**



Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE
Rua Vicente Barreto, 76 - Centro - CEP: 59908-000 - São Francisco do Oeste - RN
E-mail: cmsfo2021@gmail.com
CNPJ 12.993.606/0001-54

DECISÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O REQUERIMENTO DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO VEREADOR ANTONIO GESSE DE FREITAS

I. RELATÓRIO

Trata-se de pedido formulado pelo vereador Antônio Gessé de Freitas, alegando incapacidade física em decorrência de fratura no tornozelo, ocorrida ainda no ano de 2024, e requerendo afastamento das atividades parlamentares por 120 (cento e vinte) dias, com pedido formulado em 10 de janeiro de 2025.

O documento apresentado é um atestado médico emitido em 09/01/2025, com indicação de afastamento do vereador por questões de saúde. Após análise do requerimento, do parecer jurídico da advocacia legislativa e dos documentos apresentados, passa-se à decisão.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A análise do pedido de afastamento deve observar as normas do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como as disposições aplicáveis na Lei Orgânica do Município e em legislações correlatas.

1. Fundamentos legais e regimentais

De acordo com o Regimento Interno desta Casa e a Lei Orgânica do Município, é facultado ao vereador, mediante a apresentação de justificativa documental adequada, solicitar afastamento temporário de suas

funções, especialmente por motivos de saúde. Contudo, tal pedido deve ser

*Recebido
22/01/25
12:48 AM
Gesse*





Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE
Rua Vicente Barreto, 76 - Centro - CEP: 59908-000 - São Francisco do Oeste - RN
E-mail: cmsfo2021@gmail.com
CNPJ 12.993.606/0001-54

analisado com base na razoabilidade, proporcionalidade e nos impactos orçamentários e administrativos decorrentes da decisão.

2. Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade

A concessão de afastamento por período prolongado impacta o funcionamento da Casa Legislativa e os interesses do município. Dado o impacto, é indispensável que o pedido esteja devidamente fundamentado e justificado. A ausência de detalhamento suficiente no atestado médico inviabiliza a análise completa do pedido, violando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

III. DA ANÁLISE DO PEDIDO DE AFASTAMENTO

Passando a analisar o caso específico do Vereador Requerente, observa-se que, mesmo com a limitação física que ora dar causa ao pedido de afastamento em julgamento, o mesmo veio a participar de algumas sessões legislativas, incluindo a cerimônia de posse e sessões ordinárias realizadas pela Câmara Municipal de São Francisco do Oeste. Tendo em vista que as sessões legislativas possuem duração reduzida (inferior a uma hora) e não demandam exigências físicas que possam comprometer a participação do vereador.

Conforme relatado, o vereador Antônio Gessé de Freitas vem desempenhando regularmente suas funções, participando das sessões da Câmara mesmo após a fratura no tornozelo, com CID 582.4 +582.2. Nesse sentido, destaque-se que a função legislativa é essencialmente intelectual, consistindo na participação em deliberações, apresentação de projetos e defesa dos interesses da população local, não exigindo capacidade física plena para seu exercício.





Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE
Rua Vicente Barreto, 76 - Centro - CEP: 59908-000 - São Francisco do Oeste - RN
E-mail: cmsfo2021@gmail.com
CNPJ 12.993.606/0001-54

Desse modo, observa-se que a fratura no tornozelo não compromete a capacidade de locomoção do requerente de forma significativa, visto que ele já esteve presente em sessões e eventos oficiais. Bem como, o fato das sessões da Casa ocorrerem de forma semanal, por tempo reduzido de menos de 1h, vê-se que a efetiva participação do Vereador Requerente, não resta prejudicada pela sua condição física atual, tampouco compromete seu tratamento médico.

a) Base Legal e Regimental

De acordo com o Art. 14 da Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Francisco do Oeste, o afastamento de vereador por razões de saúde deve estar devidamente comprovado por laudo médico, no presente caso, apesar do Vereador Requerente apresentar atestado médico de afastamento de 120 dias, o mesmo trata-se de documento generalista, afastando-o de suas atividades habituais, no entanto, não atestando incapacidade para o exercício de sua função, que é de ordem intelectual. Assim, não restou devidamente comprovada a incapacidade para o exercício da função, conforme preceitua o melhor entendimento do art. 14, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

A participação do requerente nas atividades da Câmara, nas sessões ordinárias, mesmo após o incidente, evidencia ainda mais esse entendimento, a exemplo do dia 01/01/2025, onde participou da cerimônia de posse, conforme ata, bem como pela sua participação em sessão extraordinária no dia 03/01/2025,





Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE
Rua Vicente Barreto, 76 - Centro - CEP: 59908-000 - São Francisco do Oeste - RN
E-mail: cmsfo2021@gmail.com
CNPJ 12.993.606/0001-54

b) Princípios Constitucionais

O princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) exige que os agentes públicos cumpram suas atribuições de maneira adequada e eficaz. A função de vereador é essencialmente deliberativa e não demanda esforço físico incompatível com as limitações apresentadas pelo requerente.

Além disso, o princípio da moralidade administrativa determina que as decisões públicas sejam tomadas em consonância com o interesse público, evitando-se afastamentos injustificados que possam prejudicar o funcionamento regular do Poder Legislativo.

c) Impacto financeiro e administrativo

Quanto ao afastamento remunerado requerido pelo vereador, resta observar que apesar de o exercente do mandato eletivo municipal não ser empregado da Administração Pública, ele é equiparado pela lei previdenciária.

Noutra via, esta Câmara encontra-se vinculada ao princípio da economicidade, estabelecido no art. 37 da Constituição Federal, que impõe a gestão responsável dos recursos públicos, principalmente em tempos de restrições orçamentárias. O afastamento remunerado, além de não se considerar devido por esta câmara, por não comprovar incapacidade para o exercício da função, no formato requerido pelo senhor ANTONIO GESSÉ DE FREITAS, resultaria em oneração desnecessária ao erário, vez que o mesmo pode requerer seus subsídios junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), sendo este o ente responsável para que se fosse concedido o afastamento ao vereador.





Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE
Rua Vicente Barreto, 76 - Centro - CEP: 59908-000 - São Francisco do Oeste - RN
E-mail: cmsfo2021@gmail.com
CNPJ 12.993.606/0001-54

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de afastamento do vereador Antônio Gessé de Freitas, considerando que:

1. Não foi apresentada comprovação médica que ateste incapacidade física ou intelectual para o exercício das funções parlamentares;
2. O requerente vem participando regularmente das sessões da Câmara, demonstrando condições adequadas para o desempenho do mandato;
3. A função de vereador é essencialmente intelectual, não exigindo plenitude física para o exercício regular do cargo.

Ressalta-se que esta decisão não desconsidera a situação médica apresentada, mas busca conciliar o fato e o atendimento às necessidades do parlamentar com a manutenção da responsabilidade fiscal e administrativa desta Câmara Municipal.

Encaminhe-se cópia desta decisão ao vereador requerente e anexe-se ao processo para fins de registro e publicidade.

Publique-se. Notifique-se.

São Francisco do Oeste/RN, 22 de janeiro de 2025.



Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS JUNIOR
Código Identificador: 86518224